

## A INTERVENÇÃO MILITAR BELGO-AMERICANA EM STANLEYVILLE: CONTRIBUIÇÃO À INTERPRETAÇÃO SÓCIO-JURÍDICA

FERNANDO MOURA, PROFESSOR ASSISTENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LOUVAINA, BÉLGICA.

A 24 de novembro de 1964, trezentos pára-quedistas belgas, transportados em aviões militares americanos, eram lançados sobre Stanleyville, na República Democrática do Congo; pouco depois de ocuparem o aeroporto atacam o centro da cidade, a fim de libertarem a população européia que os revolucionários congolezes retinham como refém. Dois dias depois as tropas belgas intervêm de novo em Paulis, em missão idêntica à primeira. Terminadas estas duas operações as tropas belgas retiram-se para a base militar de Kamina, para daí regressarem à Bélgica.

A intervenção militar belgo-americana suscitou as reações mais diversas: aplausos, reservas, condenação, exacerbação, histerismo até; antes de se estabelecer um juízo sobre esta operação, necessário será examinar previamente da sua legalidade, tanto no que diz respeito ao direito internacional escrito como costumeiro. Mas, para bem situar a questão, dentro do seu verdadeiro contexto sócio-político, talvez não seja inútil traçar-se aqui um esboço de sociologia política congoleza; ele nos ajudará a melhor interpretar o leque das reações desencadeadas pela missão militar belgo-americana.

\*

1 — *Contexto socio-político congolês* — Uma semana não era passada sobre a proclamação da independência do Congo e já a força pública — o exército — se amotinava em Leopoldville; poucos dias depois todo o “Bas Congo” estava em efervescência. O motim teve, originariamente, um caráter social, de reivindicação salarial, era dirigido contra o primeiro-ministro de então Patrice Lumumba; e tingidos de um certo tribalismo os tumultos degeneraram em movimento de xenofobia graças à magia de Patrice Lumumba. Diante da soldadesca amotinada, das violações de mulheres européias, das pilhagens e dos massacres, a população de Thysville, cidade situada a 125 quilômetros de Leopoldville, fugiu espavorida para a Capital; tomada de pânico a população européia fu-

giu do Bas Congo para a Europa. Desde êsse fatídico 6 de julho de 1960, a ordem pública volatizou-se; hoje, aqui, amanhã, mais adiante, nunca mais voltou a reinar sôbre a totalidade do território congolês a “pax belgica” que a imprensa colonial tanto enalteceu em outros tempos. A bem dizer, essa tranqüilidade teve seu término no dia 4 de janeiro de 1959, quando Leopoldville conheceu sua primeira semana de terror, injustificado pela facilidade com que poderia e deveria ter sido extinto e sômente compreensível diante da abdicação do poder colonial. Ao romantismo da “comunidade belgo-congolesa” de 1955 sucede a inflação de artificialismos e de ficções jurídico-políticas que tiveram como resultado final a cedência do poder político ao povo congolês no dia 30 de junho de 1960, a transferência da difícil tarefa governativa ao povo que em África menos preparado estava para a desempenhar. O Congo, no dia em que foi *lançado* na independência política, contava apenas dezesseis — notem bem, dezesseis — diplomados universitários, e êste número dá uma noção exata do despreparo das elites congolezas para a gerência da “res publica”. A independência congoleza processou-se num turbilhão, e é a nosso ver o exemplo mais incontestado daquela ligeireza de espírito que assimila uma às outras as diferentes estruturas nacionais: se a estrutura econômica congoleza estava apta à mudança de regime político, a estrutura política era absolutamente inerte à mais fraca solicitação de progresso. Entre a estrutura jurídica e política congoleza — Estado independente e soberano — e a estrutura social e cultural existe um hiato, um vazio, para não dizermos um divórcio que tem sido a fonte de tôdas as vicissitudes da jovem república.

O regime paternalista que governou o Congo acreditou e fêz-se acreditar de que a vacância do poder que a retirada da Bélgica certamente provocaria seria preenchida — *comblée* — pela boa-vontade e pela coragem das elites congolezas. Tal ingenuidade não viu ou não quis ver que o *salto* é inexistente na estrutura cultural, que a mudança dessa estrutura é lenta, morosa, difícil. Gente da minha terra diz que não se muda de hábitos como quem muda de camisa, traduzindo em linguagem corrente a relutância e a dificuldade da mudança cultural. Mais ainda, essa consciência ingênua ignorou ou subavaliou a força das correntes centrifugas congolezas e, o que foi pior, mil vêzes pior, não previu a tempestade de influências que de tôda a parte — ocidentais ou não-ocidentais, africanas e não-africanas — se abateriam fatalmente sôbre o Congo. A jovem república viu-se num abrir e fechar de olhos submetida no Interior a uma fragmentação do poder e no Exterior a braços com pressões de tôda a espécie e de tôda a sorte, salvo as do verdadeiro interesse do país. Se a elite congoleza não tinha capacidade para agüentar o combate numa única frente, como será de espantar que ela se tenha visto ultrapassada em todos os setores? A inércia não é sômente lei de dinâmica, mas é também lei de vida e talvez não seja de espantar que ainda hoje, após vários anos de independência congoleza, a ingenuidade

tenha continuado a fabricar “homens-milagre” que, por obras e graça de não sei que espírito, operarão no Congo uma mudança radical. Esses homens-milagre chamavam-se Lumumba, Adoula, êles chamam-se hoje Tshombe, Munongo, etc., etc. Sem pretendermos ser maquiavélicos, que nos seja no entanto permitido perguntar que poderia um Churchill ou um Kennedy fazer mais que qualquer outro primeiro-ministro congolês? Sem tocar, ao de leve que fôsse, na memória quase sacrossanta destas duas personalidades podemos crer que pouco mais teriam feito que aquêles outros que sobraçaram os ministérios congolezes; melhor, Kennedy e Churchill seriam, caso os possamos imaginar em terras congolezas, um paradoxo cultural, para depois serem um paradoxo político. Aquêles que têm fabricado os homens milagreiros esquecem a fôrça e o poder do *meio ambiente*, cuja direção, ao largo do poder colonial, é muitas vêzes em direção do passado e não em direção do futuro.

Êsse *feed back*, êsse retôrno, essa marcha atrás, não é fenômeno exclusivo nem no tempo nem no espaço do povo congolês; êle justifica aos olhos de muitos a sobrevivência do regime colonial e essa justificação toma aspectos de veracidade quando se constata, sem grandes dificuldades, sua quase ubiqüidade geográfica. Talvez seja oportuno sublinhar que tal fenômeno é hoje mais facilmente perceptível que em tempos idos, não só pela maior facilidade da informação mas também por um fator subjetivo que nos leva a acordar mais importância e valor ao presente — o presente é nosso — que ao passado, por mais próximo que êle seja. O retôrno ao passado traduziu-se no Congo pelo regresso quase instantâneo ao sistema de anarquia, isto é, ao regime político em que a função do comando não é institucional; se o funcionamento da anarquia é possível e real entre pequenos grupos humanos em que o equilíbrio se realiza em quase ou em todos os degraus das relações sociais, outrotanto não se pode dizer de uma sociedade semi-industrializada, como são as sociedades urbanas de qualquer ponto de África; aí o estabelecimento da anarquia redundam em desagregação e em esfacelamento do poder.

É evidente que uma das manifestações primeiras do retôrno ao passado se manifesta no centrifugismo do poder; não é possível a permanência dentro do círculo do poder central, institucional e a permanência simultânea dentro do círculo anárquico, pois nenhum dos pontos da circunferência coincide entre si. No Congo colonial, o centrifugismo era anulado em certa medida, e dizemos em certa medida, pela uniformidade e pela estabilidade da tutela colonial. Tanto Stanleyville como Elisabethville, mas esta mais que aquela, representaram no Congo colonial fôrça centrífuga de apreciável importância. Muito antes de Moïse Tshombe já Jean Sepulchre defendia no seu jornal de Elisabethville um federalismo radical e em 1958 seu livro — *Autonomie et Fédéralisme* — mais não é que uma tese a que Tshombe procura dar realização. O Katanga, por aqui se vê, foi separatista bem antes da independência e os argumentos

avançados foram em tudo idênticos aos que foram utilizados por outros homens, com os mesmos fins, mas em outras épocas e em outras latitudes. O seccionismo ou separatismo katanguês é paralelo a muitos outros que se geraram cada vez que se tentou vitalizar um país constituído por zonas económicas extremamente diferenciadas entre si. O egoísmo individual tem seus reflexos em certas escalas da vida dos povos e a negligência ou o desprezo pelos menos afortunados não está prestes a extinguir-se.

Stanleyville é uma modesta cidade provinciana, que contava em 1955 pouco mais de 65.000 habitantes (1); sua importância advém-lhes mais da administração do que da indústria ou do comércio. Elisabethville é a cidade do *desafio*, é a Capital da mais rica das províncias congolêsas. O valor médio anual da produção do trabalhador congolês durante o período de 1950 a 1954 na Província Oriental (Capital Stanleyville) foi de 16.276 Francos Belgas, enquanto que no Katanga (Capital Elisabethville) esse valor foi de 39.349 Francos, ou seja, cerca de duas vezes e meia superior (2). É evidente que a importância de Elisabethville tem sua principal origem no setor mineiro cuja situação comparativamente a Stanleyville se traduz na diferença esmagadora de 1 para 10 (um para dez) (2).

Se a riqueza mineira e industrial do Katanga havia tornado conhecido seu nome muito antes da independência, Stanleyville, mesmo evocando o nome do célebre explorador inglês, só se tornou conhecida através de um homem cuja passagem na cena política foi tão breve como trágica. Stanleyville foi a cidade de Patrice Lumumba que, para sermos exatos, nasceu não em Stanleyville, mas sim no lugar de Katoko-Kombe, no distrito de Sankuru, na Província Oriental. Foi no entanto em Stanleyville que Patrice Lumumba teve seu primeiro gesto *d'éclat* em 1956, quando foi condenado à cadeia por desvio de dinheiro do Departamento dos Correios, de que era funcionário. Em 1959 fundou o *Mouvement National Congolais*, único partido político de caráter nacional, tendo como base concepções outras que as de clã ou de tribo, tão ao gosto das outras agremiações políticas. Desde então Patrice Lumumba parece opor-se à maioria, senão à totalidade, dos *leaders* congolêses, chamem-se eles Illeo, Tshombe ou Kasavubu, e por mais paradoxal que isso pareça, mas por isso mesmo é necessário vincá-lo bem, Patrice Lumumba tem mais apoio junto à administração colonial agonizante e junto à população européia do Congo, do que qualquer dos outros *leaders*, primeiramente pela sua profissão de unitarismo político, e conseqüentemente antitribal, e em segundo lugar pelo seu caráter firme e enérgico. A população branca está convencida de que só um poder forte poderá limitar o desmoronamento das instituições e em junho de 60 não se descortina no horizonte político congolês outra personagem além de Lumum-

---

(1) *Bulletin de la Banque Centrale Belge et du Ruanda Urundi*.

(2) BEZY, Fernand — *Problèmes Structurels de l'Economie Congolaise* — Louvain — 1957, pp. 59.

ba. Sua falta de tato no motim de 6 de julho fêz-lhe perder as simpatias da população européia e ao mesmo tempo mostrou que Lumumba não conseguia ter mão na sua tropa. São os próprios militares que prendem Patrice Lumumba a 2 de dezembro de 1960, poucos meses depois da sua ascensão ao poder. Antonie Gizenga, membro do partido de Lumumba, forma a 14 do mesmo mês um governo dissidente em Stanleyville. A 9 de fevereiro de 1961, Patrice Lumumba foge da prisão e a 13 do mesmo mês é anunciada sua morte... Lumumba morreu, o mito ia nascer. Nada mais fácil e mais propício à criação de um mito que a morte daquele que lhe servirá de sustentáculo; com ou sem óculos sartrianos, muita gente quer descobrir em Patrice Lumumba um pensador político, mas tomar desejos por realidades é questão psicanalítica, não de ciência; ter fé não supõe a existência de uma filosofia, pensar que Patrice Lumumba foi um pensador mais não é que mero pensamento; cremos ser difícil, muito difícil mesmo, descobrir algo de originalidade nos discursos políticos de Patrice Lumumba. Seus herdeiros espirituais, desde Gizenga a Sumialot, dizem-se representantes do lumumbismo, mas nunca definiram o conteúdo de tal ideologia. Para as massas congolezas, como para os chefes revolucionários, Lumumba foi o homem que ousou fazer frente, mesmo intempestivamente, ao homem europeu; para o congolês, Patrice Lumumba foi aquele que criticou com mais paixão, embora talvez com menos acêrto, o regime do colonizador; para o africano, Lumumba foi aquele que soube falar a um sentimento bastante fácil de fazer vibrar, o da promessa de uma idade de ouro que terá seu início com a partida voluntária ou involuntária do homem branco. O pensamento de Patrice Lumumba foi paralelo ao de muitos opositoristas de muitos regimes que sabem apenas fustigar a ação dos que governam, com uma verborria sentimental e romântica, e por isso mesmo ineficiente no plano da realidade. Coisa curiosa, os chefes rebeldes que atualmente se dizem herdeiros do lumumbismo deram já conta da falsidade de tal raciocínio e por isso mesmo não só facilitam como exigem a presença dos europeus nas zonas sob seu contrôle.

O movimento de desordem que se instalou no Congo a 6 de julho de 1960 tem conhecido altos e baixos, períodos de febre aguda e de acalmia. Terminada a sessão do Katanga, exilado para a Europa o "mau gênio" de Moïse Tshombe, muita gente acreditou que o Congo entraria definitivamente no caminho da recuperação política e econômica. O governo central ou federal, como preferirem, merecia tanto mais confiança a muitas chancelarias, tanto ocidentais como não-ocidentais, quanto é certo que Cyrille Adoula era um produto do sindicalismo socialista. Malgrado o apoio do governo americano e o semitriunfo da reintegração do Katanga, Adoula vê sua autoridade e sua capacidade e competência cada vez mais contestadas, à medida que as tropas da ONU abandonam o Congo. Em janeiro de 1964, são assinalados no Kwilou os primei-

ros atos de terrorismo, no mês de abril a desordem se alastra ao Kivu; no mês de maio o govêrno Adoula decreta o *couvre feu* em Leopoldville e numa derradeira tentativa de refazer seu crédito, tanto interna como externamente, o primeiro ministro congolês desloca-se a Paris, em viagem oficial. Moïse Tshombe segue atentamente o desenrolar do filme congolês, de seu exílio madrileno, e a 10 de junho desloca-se ao Mali, onde conferencia com o Presidente Modibo Keita. Adoula sente a situação escapar-se-lhe das mãos e êle próprio pede a Moïse Tshombe que regresse ao Congo, para tomar conta da chefia do govêrno.

A 26 de julho de 1964, Moïse Tshombe, o homem da secessão katanguesa, regressa a Leopoldville, e o seu retôrno à Capital congoleza tem o condão de fazer estourar manifestações de protesto em muitas Capitais africanas e da Europa de Leste. Note-se desde já que Moïse Tshombe fêz sair da prisão em que se encontrava, por ordem do primeiro-ministro Adoula, o principal *leader* do lumumbismo, Antoine Gizenga; mais ainda, Tshombe fêz uma passeata com Gizenga pelos bairros mais populares de Leopoldville e ambos foram clamorosamente ovacionados. Os outros chefes da rebelião são convidados, como Antoine Gizenga, a sentar-se à volta de uma mesa para discutirem dos interêsses do seu país; esta proposta é rejeitada pura e simplesmente. Entretanto, a insubordinação do exército legal é tão grande como a do exército rebelde e a desorganização é idêntica; ocorre perguntar por que é que o exército legal seria mais ou menos organizado que o rebelde, e a resposta que se pode dar a tal questão é só uma: a estrutura de um é muito semelhante à do outro e a fragilidade da concepção de “dever militar”, de “país” e de “nação” é tão confrangedora de um lado como do outro, não é pois de estranhar que os fiéis de hoje sejam os rebeldes de amanhã, e vice-versa: rebeldia ou obediência exprimem para nós valores diferentes daqueles que o congolês atribui a tais vocábulos. Querem saber como é que se realizava em muitos casos o avanço ou o recuo das tropas rebeldes? Por mais incrível que pareça, um simples telefonema bastava para pôr em debandada centenas, se não milhares de indivíduos: bastava lançar mão do telefone, pedir para falar com um comandante e dizer-lhe que quem se encontrava do outro lado do fio era o comandante dos pára-quedistas belgas; normalmente a comunicação telefônica era aí interrompida, e começava a debandada.

Tshombe constata, sem ser original, que a maioria, senão a quase totalidade dos elementos do exército nacional congolês, têm atitudes e comportamentos deploráveis; para lhe dar a necessária eficiência, Tshombe crê que só o enquadramento do exército congolês por oficiais europeus disso lhe dará a certeza; com o anúncio do contrato dos primeiros mercenários, outra onda de protestos se desencadeia: o Egito, Gana, a Argélia e a Guiné comandam tais manifestações; Moïse Tshombe não lhes dá muita importância, tão convencido êle está que elas ocultam interêsses e influências outras que as do seu país. Assim, pouco a pouco,

o exército do governo legal aproxima-se cada vez mais de Stanleyville, que caíra em poder dos rebeldes a 5 de agosto. As violências, os massacres, as pilhagens fazem supor o pior e à medida que o exército legal se aproxima de Stanleyville as suposições mais pessimistas ganham consistência e confirmação: um tribunal militar especial condena à morte o pastor americano Paul Carlsson, sob pretexto de espionagem. Os teletipos das chancelarias funcionam continuamente; americanos e belgas, principalmente, tentam contactar o governo rebelde para que as vidas dos civis europeus sejam respeitadas; a *Organisation de l'Unité Africaine*, o secretariado geral das Nações Unidas tentam intervir; o Sr. Thant preconiza uma reunião do Conselho de Segurança mas diante da falência de todos os meios utilizados o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica lança um apêlo patético a Christophe Gbenye, nos seguintes termos:

“Mais uma vez me dirijo ao Senhor para lhe pedir que tome, o mais urgente possível, as medidas necessárias à segurança dos cidadãos belgas dos quais o Senhor é responsável. Acabo de ser informado que o presidente do governo congolês fez uma declaração em favor da reconciliação, garantindo a vida daqueles que abandonassem os combates, o que permitiria a todos trabalharem em conjunto no desenvolvimento pacífico do Congo. Acaso não poderia o Senhor, também, facilitar o envio de uma missão da Cruz Vermelha Internacional, para que fôsem evacuados os estrangeiros que o desejassem? Estou certo que seria esta uma das melhores maneiras de afirmar a sua responsabilidade de homem de Estado e eu próprio ficaria-lhe-ia imensamente grato por isso” (3).

Os chefes da rebelião de nada quiseram saber; a seus olhos, a população europeia representa a *única moeda* de troca entre eles e o governo legal; sob pretexto de lhes garantir a segurança, os europeus são concentrados a alguns quilómetros de Stanleyville. Na manhã de 24 de agosto, os pára-quedistas belgas intervinham.

\*

Desde o início da missão belga, o Sr. Paul Henri Spaak afirmou que a intervenção militar era uma “intervenção humanitária” que de forma alguma tinha fins políticos, que ela se destinava pura e simplesmente a salvar da morte mais de um milhar de pessoas que haviam cometido apenas o crime de ter pele branca; a intervenção belga não era atentatória nem à integridade do território, nem à independência da nação, demais ela era limitada no tempo e no espaço como aliás nos seus fins.

---

(3) *Le Monde* de 22-23 novembro de 1965, p. 5.

Defina-se, antes de irmos mais adiante, o que se entende por “intervenção humanitária”. Em direito internacional a intervenção humanitária define-se como sendo o uso da força dentro das fronteiras de outro país a fim de assegurar a vida dos seus concidadãos, residentes no país em que se intervém, evidentemente. Pela própria definição se deduz que uma intervenção, mesmo humanitária, reveste um caráter de gravidade excepcional, uma vez que a soberania de um país é submetida a uma espécie de hibernação. Ora, de que direitos se poderia prevalecer a Bélgica em apoio da sua ação?

- em primeiro lugar, a Bélgica podia afirmar que *não houve violação* da soberania da República Democrática Congolosa, uma vez que a intervenção belga tinha sido *préviamente autorizada* pelo governo legal do país e reconhecido como tal pela grande maioria dos países membros da ONU. No caso em espécie, poder-se-ia falar quando muito de “ocupação pacífica”, mas a operação, mesmo sendo militar, nunca teve caráter bélico. Conseqüentemente, a agressão que muitos quiseram ver na intervenção belga não tem qualquer fundamento.
- a Bélgica poderia invocar em favor da sua intervenção a carência quase total do governo congolês em assegurar aos belgas ali residentes o que os internacionalistas chamam “*standard* mínimo de vida”, ora êsse “mínimo” não era assegurado pelos rebeldes de Stanleyville.
- nenhum país pode invocar a desorganização do seu exército para alijar a obrigação de garantir aos estrangeiros êsse “*standard* mínimo” e a êsse respeito existe uma larga jurisprudência referente a casos de países latino-americanos.
- a Bélgica poderia ter apresentado uma queixa no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como era seu direito.
- a Bélgica podia invocar em seu favor a própria carta das Nações Unidas; com efeito, a carta de S. Francisco não condena tais operações quando elas não sejam incompatíveis com os fins das Nações Unidas. Ora, entre os fins da ONU, em seu artigo primeiro, parágrafo 3.º nós encontramos “o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais de toos sem distinção de raça, de sexo, de língua ou de religião”. Em Stanleyville, escusado será dizer que tais direitos não eram nem foram respeitados.
- Finalmente, a Bélgica poderia invocar em seu favor uma larga jurisprudência na matéria: a 4 de abril de 1826 a Rússia e a França assinaram um tratado para intervirem militarmente na Turquia, a fim de porem têrmos aos massacres que haviam submergido o país; em 1860, a França envia um corpo expedicionário ao Líbano quando dos massacres dos drusos e dos maronitas; a França intervém pelo mesmo motivo na Armênia e na Síria em 1909; a própria Bélgica interveio militarmente no Congo em 1960 quando se registaram os primeiros motins da Força Pública e as Nações Unidas não ousaram classificar a intervenção belga de “agressão”.



Que argumentos podem ser opostos à intervenção militar belgo-americana?

- a noção de intervenção humanitária está ultrapassada; a Carta das Nações Unidas tudo subordina a um fim: o da paz mundial; por consequência, tudo o que é susceptível de representar uma ameaça para a paz mundial merece condenação; ora, a intervenção militar belga constituía um perigo para a paz do mundo.
- a jurisprudência invocada cobre fatos que normalmente tiveram como consequência a instauração de um regime colonial ou semicolonial, como aconteceu no Líbano.
- é excessiva a interpretação da Carta das Nações Unidas quando se invoca o direito de *legítima* defesa tal como êle está expresso no artigo 51 da citada carta; estender o conceito de legítima defesa aos ataques contra seus concidadãos equivale a generalizar o alcance de um texto que tem já de per si um sentido restrito.
- a Bélgica já havia intervindo militarmente no Congo em 1960 e o Conselho de Segurança a condenou a retirar seus pára-quadistas; a Bélgica reincidiu pois num ato que ela sabia condenável de antemão.

Expostos, bem sumariamente é certo, os argumentos dos defensores e dos adversários da intervenção, talvez não seja inútil dêles fazer uma síntese e uma crítica:

- 1º É difícil, é mesmo impossível contestar ao govêrno de Leopoldville o direito de fazer apêlo, seja a que Estado fôr, a fim de o auxiliar a manter a ordem pública. Nenhum jurista pode ou ousa recusar êsse direito a um govêrno legalmente constituído e reconhecido pela grande maioria das nações do globo. Ninguém pode afirmar que os rebeldes de Stanleyville constituíam um país; à parte três ou quatro países africanos, nenhum país reconheceu sequer o “estado de beligerância” no Congo; a ser assim, o caso de Stanleyville releva de um caso de “ordem pública” e o govêrno legal, responsável da mesma ordem pública, restabelece-a ou mantém-na pelos seus próprios meios, ou recorrendo à ajuda de países amigos. No caso da Stanleyville, as paixões falaram mais que a razão; não fôra Tshombe primeiro-ministro do Congo, e a questão não teria conhecido a agitação que lhe quiseram dar.
- 2º a Bélgica afirmou desde a primeira hora que a intervenção dos pára-quadistas não visava nenhuma conquista territorial, não pretendia pôr em jôgo ou em dúvida a independência do Congo, visava unicamente à salvação de mais de um milhar de homens, mulheres e crianças que se encontravam nas mãos dos rebeldes. Uma vez libertos, as tropas belgas regressaram a seu país, confirmando assim com as obras suas afirmações.

3º a intervenção belga no Congo em 1960 mostrou justamente que a Bélgica não pretendia reocupar o Congo, nem reinstaurar um novo regime colonial, pretendeu, sim, salvar as vidas humanas que se encontravam em perigo.

4º o Conselho de Segurança das Nações Unidas em seus vários debates nunca ousou aceitar a proposta russa de classificar de agressão a intervenção de 1960.

Pelo que acabamos de expor, se deduz que a questão é bem mais política que jurídica. Notemos desde já que mesmo em África não se registou unanimidade na condenação da Bélgica; evidentemente que, por uma questão de princípio e de lógica, países como a Argélia, Gana, a Guiné e o Egito teriam de condenar a intervenção belgo-americana. Se quisermos fazer uma estatística das atitudes destes quatro países, verificamos as seguintes constantes:

- oposição formal à influência européia;
- legitimação da violência para a eliminação desta influência;
- apêlo constante à autodeterminação;
- afirmação de neutralismo em face dos dois blocos;
- afirmação de auxílio aos movimentos rebeldes africanos.

Não cabe no quadro deste estudo analisarmos aqui a contradição entre “o que se diz e o que se faz” nestes países; seria no entanto demasiado perguntar como é que a oposição tem sido tratada na Argélia? Que é feito dos companheiros de revolução do Senhor Ben Bella? (4) Quanto ao Egito e a Gana, outro tanto ocorre perguntar: acaso o Dr. Nkrumah(4) foi mais estimado dos ashantis? Terá tido coragem para ir à região dos mesmos? O que é evidente é que aqueles que vêem o argueiro nos olhos dos outros não descobrem a trave nos próprios; acaso estes países reconhecem a Israel o direito à autodeterminação?

O Presidente Senghor, bem conhecido pelo seu bom-senso, comentou assim as manifestações de protesto à intervenção belga em Stanleyville:

“num passado recente, Estados irmãos fizeram apêlo a tropas estrangeiras para combaterem rebeliões internas sem que por isso desencadeassem uma tal vaga de indignação” (5).

A alusão é clara e corajosa, ela refere-se à intervenção de tropas francesas para ajudarem a manter regimes mais ou menos decadentes na antiga África Equatorial; isto não impediu que a França se conservasse numa atitude cínica, em que nem condenou, mas também não aprovou a intervenção militar belga; a *grandeur de la France* não estava em jôgo,

---

(4) Quando este artigo foi redigido, o Sr. Ben Bella e o Sr. Nkrumah ainda não haviam sido destituídos.

(5) *Le Monde* de 2 de dezembro de 1964, p. 6.

acaso o Eliseu descobrisse vantagens numa ou noutra posição e as agências de imprensa transmitiriam aos quatro cantos do mundo pelo menos a *indignação* do povo francês.

O Congo, para seu bem como talvez ainda mais para sua desgraça, é um país potencialmente rico, extraordinariamente rico. Às suas riquezas naturais acresce uma posição estratégica, única no Continente africano: quem dominar o Congo domina a África! Fôra o Congo um país pobre e os moralistas de todos os horizontes se sentiriam bem pouco interessados pelo destino do povo congolês; quando o menor ato ou gesto põe em dúvida uma influência, êsses moralistas indignam-se, gritam de balcões, organizam manifestações de protesto. Teria sido possível organizar na Rússia uma manifestação de protesto contra a eliminação do Sr. Khrutchev? Por que será então que é possível organizar em Moscou manifestações contra países ocidentais?

Os grandes meios de difusão, mesmo os mais democráticos — e porque o são — difundem aos quatro cantos do mundo as mais remotas e as mais injustificáveis atitudes políticas; pertence ao homem livre e consciente da sua liberdade, julgar sem paixão das verdades e semiverdades que lhe são propostas; depois de julgar, o homem, se é livre, escolhe.

#### *THE BELGIAN AMERICAN MILITARY INTERVENTION AT STANLEYVILLE*

*After examining the ex-Belgian Congo political picture, the Writer, who is a professor at Louvain University, considered the Belgian American military intervention necessary to that country in November 1964, accomplished in the name of the sentiments of mankind and support of public order. Among the deductions of his article, especially written for Afro-Ásia, says Prof. Fernando Moura: "Belgium stated from the very beginning that the paratroopers's interference did not aim at any hand conquest, it did not intend to put under consideration or doubt Congo's independence, it aimed only at the redemption of more than a thousand men, women and children that were found in the rebels' hands. Once free the Belgian troops returned to their country, thus ratifying their statements with their works".*

*Besides the review of the peculiarities of the political, social and economic panorama of that African country, the article studies the best known public Congo men's personality.*

#### *L'INTERVENTION MILITAIRE BELGE-AMERICAINE A STANLEYVILLE*

*Après avoir analysé le tableau politique de l'ex-Congo Belge, l'Auteur, qui est un professeur à l'Université de Louvain, considéra l'intervention militaire belge-américaine nécessaire dans ce pays-là, au mois de novem-*

bre, 1964, accomplie au nom des sentiments d'humanité et du maintien de l'ordre public. Parmi les conclusions de son article, fait particulièrement pour Afro-Asia, le Prof. Fernando Moura écrit: "La Belgique affirma depuis le premier moment que l'intervention des parachutistes ne tenait à aucune conquête territorial ni prétendait mettre en jeu ou doute l'indépendance du Congo, elle ne tenait qu'à la salvation d'un millier d'hommes, de femmes et d'enfants qui se tenaient aux mains des rebelles. Une fois livrés, les troupes belges sont retournées à leur pays, en confirmant de cette façon leurs oeuvres avec leurs affirmations".

Outre l'examen des particularités du panorama politique, social et économique de ce pays africain-là, l'article étudie la personnalité des plus renommés hommes publics du Congo.